



COLÔMBIA
Um professor colombiano e um pesquisador da América Latina analisam os recentes conflitos no país

Página 8

AdUFRJ CRIA SETOR DE CONVÊNIO E OFERECE OITO OPORTUNIDADES DE DESCONTOS

Página 2

GOVERNO QUER FECHAR UFRJ. COMUNIDADE NÃO VAI DEIXAR

LUCAS ABREU
lucas@adufrj.org.br

Estudantes, professores e técnicos da UFRJ protestaram no fim da tarde desta sexta-feira (14), em frente ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, no Largo de São Francisco, Centro do Rio, contra o corte de verbas da universidade, que atinge também todas as instituições federais de ensino

no superior do país. Convocado pelo DCE Mário Prata e pela Associação de Pós-graduandos (APG), o ato foi o ápice de uma intensa semana de mobilização da comunidade acadêmica contra o projeto de destruição das universidades públicas, e que levou o governo Bolsonaro a liberar parte do orçamento bloqueado da UFRJ.

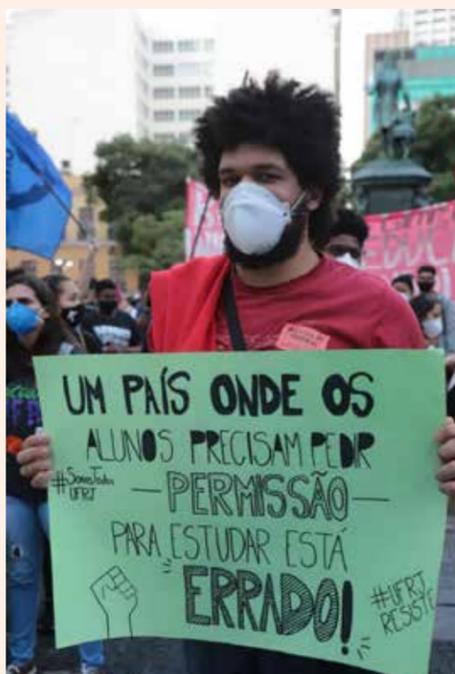
O protesto contou com a força da unidade de todas as entidades representativas da comunidade acadêmica contra os desmandos do governo genocida de Bolsonaro. Estavam lá representantes

da AdUFRJ, do Sintufrj e da ATTUFRJ, todos dispostos a mostrar que os ataques do governo federal à Educação e à Ciência serão respondidos com resistência. Seguindo as normas de segurança sanitária durante a pandemia, a organização da manifestação distribuiu máscaras N95 e álcool em gel para os participantes, e orientou que houvesse distanciamento entre as pessoas.

Presente ao ato ao lado de outros diretores da AdUFRJ, a presidente do sindicato, professora Eleonora Ziller,

disse que o ato foi histórico. “Os estudantes reafirmaram seu papel na luta em defesa da universidade pública. Foi a volta da energia poderosa para as ruas, demonstrando uma força importante para enfrentar esse governo com alegria e determinação. Um ato muito bonito, com muita diversidade, muitas cores e bandeiras”. Após a concentração e discursos no Largo de São Francisco, os manifestantes seguiram em passeata até a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

FOTOS: ALESSANDRO COSTA



EDITORIAL

HÁ VENTOS QUE VÊM PARA O BEM

DIRETORIA

Em meio a tanto desgosto, o mês de maio tem sido até generoso conosco ultimamente. Em 2019, tivemos as maiores mobilizações populares da história recente contra os cortes na educação do governo Bolsonaro e, desde a denúncia de que várias universidades federais vão definharem, se mantido o orçamento pífio para este ano, vimos um despertar semelhante da sociedade. Em ambas as instâncias, os resultados rapidamente se fizeram sentir: os contingenciamentos foram rapidamente levantados lá em 2019 e, agora, como noticiado em primeira mão pela AdUFRJ, parte do orçamento bloqueado pelo governo já foi liberado. Isso significa que todos os nossos problemas acabaram? Claro que não. Mas acende um farol na direção que devemos seguir.

Verdade seja dita, a semana começou mal. Ainda assombrados pelo terrível massacre de 28 pessoas na comunidade do Jacarezinho no dia 6 – a chacina mais letal da história da polícia fluminense – recebemos o anúncio de que a UFRJ poderia chegar a agosto sem condições básicas de funcionamento. O artigo assinado pela reitora Denise Pires e pelo vice-reitor Carlos Frederico Rocha rapidamente correu as redes e, junto com relatos semelhantes de outras instituições de ensino, ganhou os movimentos sociais e a grande imprensa. Personalidades e entidades dos mais diversos matizes ideológicos se manifestaram em defesa da universidade pública, e então caiu aquela “ficha” que nos permite entreabrir aquele sorriso incrédulo no canto da boca: a sociedade quer a sua universidade viva! Mesmo com todos os ataques do genocida ao sistema educacional brasileiro, mesmo com toda a difamação do gabinete do ódio, mesmo com todo o medievalismo olavista, diversos setores da população disseram “sim” à universidade pública e gratuita. E isso foi uma vitória (pequena, sem dúvida, mas ainda assim uma vitória) de todos nós; professores, alunos e técnicos que se movimentaram juntos em nome de nossa causa maior.

Mas não nos enganemos. Mesmo esse orçamento que conseguimos liberar é insuficiente para levar a UFRJ até o final do ano.

Conclamamos então todos e todas a construir uma grande mobilização na universidade, e mostrar que UFRJ está mais viva do que nunca

ADUFRJ OFERECE CONVÊNIOS AOS SINDICALIZADOS

Os professores filiados à AdUFRJ agora contam com um novo setor, o de Convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas. Os benefícios, por enquanto, estão concentrados no Rio e em Macaé. “Até o momento, estamos com oito convênios firmados”, revela Meriane dos Santos Paula, funcionária que realiza os contatos com as empresas e com os professores interessados.

A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, clínicas de reabilitação, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. “O convênio está sendo acompanhado e estabelecido sob a supervisão do nosso setor Jurídico”, observa a profes-

sora Christine Ruta, 2ª vice-presidente da AdUFRJ. Meriane completa. “A análise jurídica é bastante criteriosa e tudo é definido de maneira contratual para que não ocorra nenhum dano ao professor”, afirma.

A professora Christine é a diretora responsável pelo novo serviço. “A nossa gestão tinha, desde o início, a proposta de criar convênios, algo que é comum em outros sindicatos”, diz. “Ultimamente, alguns professores, principalmente mães docentes, nos procuraram para que a gente viabilizasse descontos em algumas áreas”, relembra. É importante esclarecer que a AdUFRJ não recebe nada por firmar as parcerias.

Christine Ruta reforça que, embora os descontos gerem um impacto positivo na renda dos docentes, o objetivo não é



recompensar as perdas financeiras. “Nada compensa as perdas que sofremos e que estamos sofrendo. A principal motivação da parceria é outra. Esse serviço é uma forma de valorizar o docente da Universidade Federal do



Este governo tem um projeto de destruição do ensino superior público e gratuito. É de nossa aniquilação enquanto profissionais que estamos falando. A batalha pela frente será ainda muito dura, mas, se há alguns dias estávamos na lona, agora estamos de pé, ainda que nas cordas. É por isso que devemos ser muito conscientes em nossas próximas atividades: após um contencioso debate sobre a eficácia de interrupção de atividades remotas, foi decidido em assembleia geral que o dia 19/5 será de paralisação da categoria. Conclamamos então todos e todas a construir uma grande mobilização na universidade, e mostrar que UFRJ está mais viva do que nunca.

Rio de Janeiro”, diz. “A partir do momento em que um convênio é firmado, isso significa que a instituição parceira reconhece que nós somos uma categoria forte e importante para a sociedade”.

O professor Daniel Zandonadi, do Nupem/Macaé, já firmou parceria com a escola de sua filha. “O valor do meu desconto na escola já paga a minha mensalidade da AdUFRJ até o final do ano. Então, eu estou ganhando dinheiro por ser filiado”, afirma. “É uma iniciativa excelente. Principalmente nessa área de educação, mas também na área de saúde, é uma grande vantagem”.

A lista de empresas parceiras está no nosso site www.adufrj.org.br, na aba “Serviços”, seção “Convênios”. Qualquer dúvida, basta ligar para a Meriane, no telefone (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrj.org.br. (Silvana Sá)

PARTICIPE!

O setor de convênios acaba de ser criado e, para dar certo, precisa do apoio dos docentes. “É muito importante que os profes-

sores participem ativamente, seja dando sugestões, seja viabilizando o contato entre nosso setor e as empresas sugeridas”, analisa Christine. A sindicalização é um passo fundamental para o uso dos convênios, mas também fortalece a universidade. “Sindicalize-se, não só para participar dos convênios, mas para fortalecer a AdUFRJ e defender e valorizar a UFRJ, que é um patrimônio da nação brasileira”.

A lista de empresas parceiras está no nosso site www.adufrj.org.br, na aba “Serviços”, seção “Convênios”. Qualquer dúvida, basta ligar para a Meriane, no telefone (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrj.org.br. (Silvana Sá)

Assembleia acata indicativo do Andes e decide parar dia 19

> Por 57 a 37 votos, os professores da UFRJ decidiram pela paralisação em defesa da Educação e contra a reforma administrativa. Estão previstas atividades virtuais e presenciais de mobilização

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

A assembleia de professores da UFRJ decidiu acatar o indicativo do Andes e vai paralisar as atividades remotas no próximo dia 19 de maio. A decisão teve adesão de 57 docentes (58,8% dos presentes). Outros 37 professores (38,4%) foram contrários e houve três abstenções. A reunião ocorreu na manhã da sexta (14).

A data de 19 de maio foi sugerida pelo Andes e marcará ações nacionais em defesa do serviço público, contra o PL 5595 (que torna a educação serviço essencial na pandemia) e contra a reforma administrativa. Assim, a AdUFRJ se une a outras seções sindicais e demais setores do Serviço Público Federal em mobilizações por todo o país. Os professores também foram favoráveis à realização de uma assembleia geral de todos os segmentos profissionais e estudantis da universidade, no mesmo dia 19. Foi quase unânime a posição de que a UFRJ precisa participar de todas as ações nacionais contra o governo Bolsonaro.

Os docentes aprovaram uma série de atividades de mobilização — projeções no Fundão e no paredão da Escola de Música, na Lapa; colocação de uma faixa nos Arcos da Lapa; circulação de carros de som pela cidade com mensagens sobre a situação orçamentária e contra a reforma administrativa e uma manifestação simbólica no Largo da Carioca, com panfletagem e distribuição de máscaras N95. Cerca de três mil cartazes também devem ser afixados pela cidade. Foi criada uma comissão permanente de mobilização para ajudar a diretoria da AdUFRJ a organizar as atividades da próxima semana e a participação no calendário nacional mais ampliado. “Não existe solução individual para nenhum de nós”, afirmou a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, ao abrir o encontro. “A assembleia foi pensada inicialmente para cumprir o calendário nacional do dia 19. Sabemos que o PL 5595 não trata da essencialidade da Educação, mas visa tão somente obrigar os professores a retomarem arbitrariamente o trabalho presencial na pandemia”, analisou. Ela explicou que



a este objeto inicial se somou a luta em defesa do orçamento, sobretudo pela repercussão da crise financeira da UFRJ, que encontrou eco em toda a sociedade. “Na semana passada, já tínhamos colocado no nosso jornal a necessidade de ocuparmos as ruas, para enfrentar o governo que nos atinge com ações demolidoras. Então, nossos estudantes tomaram a iniciativa de organizar o ato de hoje no IFCS e nós apoiamos com tudo o que pudemos. Essencial é a vida, é a educação”.

DEBATE

Selene Alves, professora do Instituto de Matemática, foi a favor da paralisação das atividades remotas. “Quando a gente fala das universidades públicas federais, a gente fala de país nação. As universidades públicas se constituem como o



“Na semana passada, já tínhamos colocado no nosso jornal a necessidade de ocuparmos as ruas

LEONORA ZILLER
Presidente da AdUFRJ

grande alicerce da cidadania”, disse. “Sem as universidades, não tem país. Foi a UFRJ quem elaborou a tridimensionalidade do ensino, pesquisa e extensão. A UFRJ sempre foi o farol das políticas públicas de Educação, de Ciência e Tecnologia. Eu não vejo como não paralisar”. Markos Klemz, professor do IFCS e diretor da Regional Rio de Andes, argumentou que a paralisação ajudaria na participação de mais professores e estudantes nas atividades do dia 19. “Eu acredito que o ponto fundamental de uma paralisação é liberar nossa mão de obra para que nós possamos participar das mobilizações propostas. Eu, particularmente, não dou aula neste dia, mas é um dia em que há muitas aulas, o que impede a participação de muitos docentes e também de alunos”. Professora do Direito, Lucia-

na Boiteux argumentou que a paralisação daria uma mensagem mais clara ao governo. E que não paralisar poderia ter um efeito contrário na opinião pública. “Não existe luta isolada. A paralisação é uma mensagem de que a gente não vai aceitar calado o desmonte dos direitos. Se a UFRJ não paralisar e o país estiver mobilizado, vai parecer que a UFRJ está a favor de Bolsonaro. Sei que esta não é a intenção de ninguém, mas essa leitura pode ser feita”, argumentou. A votação foi aberta em seguida.

Todos os professores que expuseram suas opiniões foram a favor de realizar atividades no próximo dia 19. Mas nem todos se convenceram de que paralisar as atividades remotas era uma boa forma de dar visibilidade à atuação da AdUFRJ. “Essa semana tivemos uma vitória e a sociedade começou a acordar para o drama de não ter universidade pública no nosso país. O que eu acho é que não está havendo uma compreensão do que é a paralisação nesse momento emergencial da pandemia e atuação remota”, avaliou Felipe Rosa, vice-presidente da AdUFRJ. “A paralisação, como está sendo construída, está caminhando para um grande ato endógeno em que a gente fala para nós mesmos. Mobilizar na mesma chave em que a gente mobilizaria numa situação normal não vai dar certo”, justificou.

O diretor Josué Medeiros também foi contrário à paralisação. “A gente não vê sentimento na nossa base de paralisar as atividades virtuais. E, até onde sei, o DCE não tirou paralisação virtual e o Sintufrj também não. A proposta tem um sentido inócuo no modo de trabalho remoto”, afirmou.

Também contrário à proposta de parar as atividades, o professor Hélio de Mattos, da Faculdade de Farmácia, disse ver dificuldades em aprovar uma paralisação sem o envolvimento de mais professores. “Eu não acredito que haja mobilização suficiente para convencer os professores a paralisarem suas atividades no dia 19. Eu acho que deve ser feito um webinar para discutir a situação das universidades”, ponderou.

Ao final da assembleia, a presidente da AdUFRJ afirmou que a diretoria está comprometida com a unidade dos professores em defesa da universidade e garantiu que o sindicato vai encaminhar todas as propostas para a organização da paralisação.

Pressão contra cortes força governo a recuar

> Acuado pela intensa mobilização da comunidade acadêmica e da sociedade, governo Bolsonaro libera parte das verbas da UFRJ para 2021

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Após uma semana de intensa mobilização contra os cortes na UFRJ, o governo cedeu. Uma parte expressiva do orçamento (R\$ 152 milhões) deixou de depender da aprovação do Congresso para ser liberada, graças a uma portaria do Ministério da Economia publicada no dia 13. A vitória é parcial, segundo a reitoria, pois R\$ 41,1 milhões do montante seguem bloqueados.

A medida também está longe de resolver os problemas financeiros da maior federal do país. “É uma primeira vitória, mas que não deve nos tirar do foco que é a recomposição do orçamento no mínimo para o valor de 2020”, informa o pró-reitor de Planejamento e Finanças, professor Eduardo Raupp. Ano passado, a universidade recebeu R\$ 386 milhões (em valor corrigido pela inflação); em 2021, estão previstos R\$ 299 milhões. Mesmo com todo o atual orçamento liberado, o funcionamento da instituição só estaria garantido até setembro.

E há um ponto negativo na liberação: a administração central percebeu que o governo se apropriou de R\$ 8,5 milhões do superávit alcançado pela UFRJ ano passado — os recursos provenientes de aluguéis de espaços da UFRJ, por exemplo, são obrigatoriamente recolhidos

a uma conta única do Tesouro, mas é o governo que estabelece quanto poderá retornar aos cofres da universidade. “Na prática, nós deixamos de usar esse superávit, como já fizemos ano passado, para aumentar nosso orçamento. São R\$ 8,5 milhões que contava como algo extra e não terei”, explica Raupp.

AÇÕES SOB AMEAÇA

Com a atual liberação, a UFRJ ganha fôlego de mais algumas semanas para a realização de suas atividades. Em coletiva à imprensa no dia 12, a reitoria deu exemplos bem claros dos prejuízos que o atual orçamento poderá causar ao país, se mantido: redução dos atendimentos em nove unidades hospitalares e da testagem para covid-19, fim da pesquisa de duas vacinas contra o novo coronavírus e corte de bolsas acadêmicas.

“Não queremos fechar leitões. Não queremos deixar de realizar o sonho da vacina brasileira. Não queremos deixar de fazer o Brasil avançar”, disse a reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho.

O vice-reitor, professor Carlos Frederico Leão Rocha, reforçou o alerta à sociedade. “Não teremos condições de pagar contas básicas com esse orçamento. Não há possibilidade de redução de segurança e limpeza”, disse. O dirigente defendeu a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (24/2019), que permitiria a retirada das receitas próprias das universidades

“Não teremos condições de pagar contas básicas com esse orçamento. Não há possibilidade de redução de segurança e limpeza”

CARLOS FREDERICO
LEÃO ROCHA
Vice-reitor

do teto de gastos públicos. “Podemos atenuar os problemas”.

O pró-reitor Eduardo Raupp informou que o atual orçamento da UFRJ representa 38% do que já foi em 2012, em valores corri-

ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO DA UFRJ 2011-2021



REPERCUSSÃO DA CRISE ORÇAMENTÁRIA ALIMENTA MOBILIZAÇÃO

A manchete “UFRJ pode fechar as portas” fez jus ao ditado popular sobre notícias ruins. Desde o fim da semana passada, quando a reitoria publicou um artigo-denúncia em O Globo, ela correu depressa: estampou as páginas dos principais jornais, ganhou muitos minutos em horário nobre da TV e explodiu nas redes sociais. E, num ciclo virtuoso, alimentou a mobilização da comunidade acadêmica e da sociedade.

“Temos de aproveitar este embalo”, afirma o vice-presidente da AdUFRJ, professor Felipe Rosa, que percebeu o aumento de interesse pela situação da UFRJ no celular. “Recebi men-



acontecendo na universidade”. Além de articular a mobilização com as demais entidades representativas da universidade, o sindicato estuda uma campanha diferente para chamar a atenção da sociedade para a situação de penúria da UFRJ. “Também estamos pensando uma ação mais nacional junto ao Observatório do Conhecimento (frente de associações docentes que defendem as universidades públicas)”, completa.

Uma petição virtual elaborada pela Associação dos Pós-graduandos (APG) também surfou na onda em defesa do orçamento da universidade. Lançado dia 10 na plataforma Change.org,

“Recebi mensagens por grupos do Whatsapp que normalmente não me perguntam sobre o que está acontecendo na universidade”

FELIPE ROSA
Vice-presidente da AdUFRJ



CAMPANHA ARRECADADA FUNDOS PARA RECUPERAR PRÉDIO DA REITORIA

A reitoria lançou uma campanha para recuperar o segundo andar do prédio Jorge Machado Moreira (JMM), que sofreu um incêndio em 20 de abril. Os recursos arrecadados serão utilizados na reforma da Procuradoria e do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). O pedido de ajuda institucional, divulgado no dia 7, reforçou na opinião pública a situação de penúria financeira da universidade.

“Não há nenhuma verba possível no momento para a reforma. Tivemos cortes orçamentários muito importantes que não permitem investir na manutenção predial, sequer reformar”, informou a reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho.

A iniciativa tem como base as doações que, no ano passado, ajudaram a reformar vários andares do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, entre outras atividades, no combate à pandemia. “Portanto, pensamos em ampliar as ações para outras áreas”, observa a reitora.

A ideia de que o Estado pode se eximir dos gastos com a universidade com este tipo de campanha é descartada pela dirigente. “O que precisamos no Brasil é garantir efetivamente o financiamento das instituições públicas”, enfatiza Denise. “Poderíamos não fazer essas campanhas e continuar a ver o patrimônio público ruir. Mas decidimos agir”.

Não há prazo final para as doações, que devem ser feitas para a conta 55.735-8, agência 2234-9 do Banco do Brasil em nome da Coppotec (CNPJ: 72.060.999/0001-75). Para mais informações, entrar em contato pelo telefone 3622-3402 ou e-mail: doador.reitoria@coppotec.ufrj.br.

(Kelvin Melo)

Federais perdem um quarto do orçamento em dois anos

> Sistema com 69 universidades teve cortes de R\$ 1,5 bilhão durante o governo Bolsonaro

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

A crise não é exclusividade da UFRJ. Todas as universidades sofrem com os cortes, que se agravaram durante o atual governo. Em 2019, quando Jair Bolsonaro assumiu a Presidência e herdou o orçamento encaminhado pelo ex-presidente Michel Temer, o sistema de educação superior tinha um orçamento de R\$ 6,06 bilhões para manutenção das atividades e investimentos. Em 2021, o montante caiu para R\$ 4,51 bilhões. Uma queda de 25,5% em apenas dois anos.

Se a comparação for feita com a lei orçamentária de 2015, o tobo é ainda maior: naquele ano, estavam previstos R\$ 7,8 bilhões para os gastos das universidades federais. Já do ano passado para o atual, a perda foi de 18,4%, em média. “A gente não consegue identificar nenhum critério. Algumas universidades perderam mais; outras, menos”, disse o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino

Superior (Andifes), professor Edward Madureira. A gestão Bolsonaro apresentou a triste novidade de dividir o orçamento em duas partes: uma, garantida pelo Tesouro; outra, dependente de uma nova aprovação do Congresso. Este “pedaço” cresceu de R\$ 1,98 bilhão em 2020 para R\$ 2,59 bilhões em 2021 e representava a maior parte do orçamento, até ser liberada pelo Ministério da Economia no dia 13. Mas um bloqueio de 13,8% nesta parte condicionada, linear para todas as universidades, amplia a incerteza com o funcionamento das instituições até o fim do ano.

“Nenhuma das 69 universidades consegue absorver o corte de 18%”, afirma o presidente da Andifes. “O que as universidades poderiam fazer, em termos de otimizações diversas, e com impacto seríssimo no dia a dia, já foi feito”.

As verbas de investimentos, voltadas para obras e compra de equipamentos, foram reduzidas a uma parcela ínfima do orçamento global. Os R\$ 590 milhões previstos na Lei Orçamentária de 2018 viraram apenas R\$ 168



ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO				
	PLOA	LOA	Condicionado PLOA	Condicionado LOA
2018	5.481	5.852	-	-
2019	5.690	6.060	-	-
2020	5.684	5.537	2.057	1.988
2021	4.688	4.512	2.592	2.592

RECURSOS PNAES				
	PLOA	LOA	Condicionado PLOA	Condicionado LOA
2018	948	948	-	-
2019	1.051	1.051	-	-
2020	1.051	1.016	426	412
2021	859	838	501	501

CUSTEIO				
	PLOA	LOA	Condicionado PLOA	Condicionado LOA
2018	5.238	5.262	-	-
2019	5.400	5.460	-	-
2020	5.391	5.226	2.057	1.988
2021	4.439	4.343	2.592	2.592

INVESTIMENTO				
	PLOA	LOA	Condicionado PLOA	Condicionado LOA
2018	243	590	-	-
2019	290	600	-	-
2020	292	310	-	-
2021	249	168	-	-

milhões no atual período. “Em geral, os cortes pesaram mais no custeio. Nossos recursos de investimentos se tornaram ínfimos”, lamenta Edward.

PERDA DE TALENTOS
O dirigente da Andifes também explica como as pesquisas na-

UNIDOS PELA UNIVERSIDADE

cidade e compromisso com a universidade. Essas foram as palavras que conduziram a reunião de quarta-feira (12) do Formas, o fórum que reúne as cinco entidades representativas da comunidade acadêmica — AdUFRJ, Sintufrj, DCE, APG e ATTUFRJ. No final do encontro, as entidades prepararam um documento endereçado ao Congresso Nacional denunciando os efeitos dramáticos dos cortes orçamentários. O documento foi lido na última reunião do Consuni, na quinta-feira (13), e aprovado por unanimidade. No mesmo dia, o governo liberou parte dos recursos. O texto agora será encaminhado aos parlamentares. O encontro do Formas começou com uma rica discussão sobre a conjuntura política em que professores, técnicos, terceirizados e estudantes enfatizaram que o projeto do governo Bolsonaro é destruir a universidade. Além do documento, o Formas prepara uma grande assembleia das entidades da UFRJ. “Temos que politizar essa discussão”, avaliou Juliana Paiva, representante estudantil. “Essa não é a primeira vez que tentam destruir universidade. Sabemos e vamos reagir”, completou Neuz Luzia Pinto, coordenadora do Sintufrj. “Os cortes integram um projeto de destruição, mas não vamos permitir”, resumiu a presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller que, logo depois da reunião do fórum, participou também, a convite dos estudantes, da assembleia com mais de 500 alunos da UFRJ. **LEIA ABAIXO A ÍNTEGRA DO DOCUMENTO DO FORMAS, APROVADO NO CONSUNI.**

Ao Congresso Nacional,

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é um centro de excelência nacional no ensino, na pesquisa e na extensão, abrangendo atividades desde o nível da Educação Básica, até os níveis de graduação e de pós-graduação. Segundo o ranqueamento mais recente do Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC), maior órgão público de pesquisa da Espanha, somos a melhor universidade do Brasil e a segunda da América Latina.

No último ano, a UFRJ esteve na linha de frente no combate à covid-19: produziu máscaras com tecido tecnológico; descobriu novas variantes do novo coronavírus; desenvolveu teste sorológico menos oneroso que os testes rápidos previamente disponíveis; atendeu à população do Rio de Janeiro com a abertura de mais de cento e cinquenta novos leitos para internação decorrente das compli-

cações da covid-19 em seus hospitais; dedica-se, atualmente na fase dos testes pré-clínicos, à criação de duas vacinas nacionais, que podem, junto a tantas outras pesquisas em ação, permitir independência e economia em relação aos fornecedores externos.

É importante salientar que as atividades de ensino e de extensão não foram paralisadas, com a construção de editais para aquisição de chips de internet e equipamentos por estudantes de baixa renda em ensino remoto, além da formação de grupos de trabalho dedicados à construção de proposta de retorno presencial seguro das atividades práticas dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Tudo isso só é possível graças ao orçamento discricionário, verba destinada aos custos de infraestrutura da universidade, como água, luz, segurança, permanência estudantil, e, dentre outros, insumos de pesquisa e aquisição de equi-

pamentos para os laboratórios.

Desta forma, as despesas discricionárias, ditas “não obrigatórias”, são essenciais para o funcionamento das três frentes da universidade: ensino, pesquisa e extensão. As instituições acadêmicas e científicas do nosso país são essenciais para o fortalecimento da soberania e do desenvolvimento socioeconômico nacional. No contexto atual, mais do que nunca, defender a Ciência é também uma questão de sobrevivência, tanto das vidas humanas, quanto da economia, já abalada pela pandemia.

Nosso orçamento em 2021, ano em que já perdemos mais vidas para a covid-19 do que em todo o ano de 2020, corresponde ao orçamento real da universidade em 2008, quando tínhamos quase 20 mil estudantes a menos. Cerca de 152,2 milhões de reais deste orçamento, em razão do teto de gastos (Emenda Constitucional nº 95), ainda dependem de suplementação pelo Congresso Nacio-

nal, já com 41,1 milhões de reais destes bloqueados pelo governo federal. Com os níveis atuais, só conseguiremos honrar os contratos que mantêm a UFRJ funcionando até julho deste ano.

Os cortes e os contingenciamentos no orçamento da UFRJ representam retrocessos que levarão décadas para serem recuperados. O futuro das próximas gerações depende, em grande medida, das decisões que tomamos hoje. Não há contradição entre a recomposição do orçamento educacional e o retorno que a sociedade usufrui do que é produzido nas instituições federais de ensino superior.

Por isso, nós, como Conselho Universitário da maior universidade federal do país, demandamos a imediata recomposição orçamentária da UFRJ e das demais instituições federais de ensino superior e contamos com a mobilização dos parlamentares em defesa do patrimônio nacional que essas instituições representam.



EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE
TODOS EM DEFESA DA CIÊNCIA E DA VIDA
CONTRA O DESMORTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
APOIO: APUB - ASSUFBA - DCE

EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE
TODOS EM DEFESA DA CIÊNCIA E DA VIDA
CONTRA O DESMORTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
APOIO: APUB - ASSUFBA - DCE

EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE
TODOS EM DEFESA DA CIÊNCIA E DA VIDA
CONTRA O DESMORTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
APOIO: APUB - ASSUFBA - DCE

EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE
TODOS EM DEFESA DA CIÊNCIA E DA VIDA
CONTRA O DESMORTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
APOIO: APUB - ASSUFBA - DCE

Ato da UFBA mobiliza o país em defesa das universidades

> Artistas como Daniela Mercury e Gilberto Gil se juntam a comunidades acadêmicas e entidades científicas, sindicais e estudantis de todo o Brasil contra os cortes nas áreas de Educação e Ciência

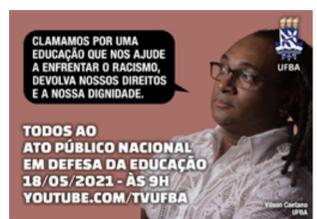
LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

A insensatez encontra seu projeto na destruição”, define o manifesto “Educação contra a Barbárie”, elaborado pela reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA) contra os cortes no orçamento das instituições federais de ensino superior. No dia 18 de maio, um ato convocado pela UFBA tomará forma em todo o país, apoiado por entidades como a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Andes. A principal pauta do ato é a recomposição orçamentária de 2021. “Com máxima urgência e toda força, temos que mobilizar nossa nação para a escolha pela Ciência, pela civilidade, pela democracia e, enfim, pela Educação, de sorte que a sombra da barbárie saia de nossas vidas, tornando-se apenas uma página infeliz de nossa história”, conclui o manifesto.

O reitor da UFBA, João Carlos Salles, lembra que o ato está sendo organizado desde a abertura do Congresso Virtual da universidade, em fevereiro. “A ameaça se tornou corte efetivo, as escolhas feitas pelas comunidades acadêmicas para reitores continuam sendo desrespeitadas. É um cenário de desmonte do investimento e do custeio da universidade, comprometendo um projeto de longo tempo”, afirma.

Diversas personalidades brasileiras estão engajadas na mobilização, como os cantores Daniela Mercury e Gilberto Gil, e as reitoras Denise Pires de Carvalho, da UFRJ, e Ana Beatriz de Oliveira, da UFSCAR. Foram elaborados quase 200 cards pra a divulgação do ato, incluindo imagens de ícones da Educação e da Cultura, como os falecidos Anísio Teixeira e Clarice Lispector. “Se esses personagens estivessem vivos, estariam conosco”, explica o reitor. “Tem o lado de valorizar estudantes, técnicos, docentes, personalidades e reitores porque dizem: Educação sim, barbárie não! O que orienta a campanha é a o dilema: educação ou barbárie”, completa.

A reitoria da UFBA está organizando o ato com o apoio de toda a comunidade acadêmica. “Não é comum que a reitoria organize atos, só acontece quando a situação é de extrema gravidade. Isso quer dizer que é um ato institucional, e



EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE
TODOS EM DEFESA DA CIÊNCIA E DA VIDA
CONTRA O DESMORTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
APOIO: APUB - ASSUFBA - DCE



EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE
TODOS EM DEFESA DA CIÊNCIA E DA VIDA
CONTRA O DESMORTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
APOIO: APUB - ASSUFBA - DCE



EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE
TODOS EM DEFESA DA CIÊNCIA E DA VIDA
CONTRA O DESMORTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

o manifesto foi submetido aos conselhos universitários. É um ato da instituição”, conta João Carlos Salles.

Emanuel Lins, presidente do Sindicato dos Professores das Instituições Federais do Ensino Superior da Bahia (APUB), acredita que a manifestação está diretamente ligada à sobrevivência da universidade. “Se a gente não fizer o ato, a universidade vai fechar as portas”, diz. A UFBA sofre com o corte de 18% do orçamento de 2021. “Dentro da APUB, é uma atividade prioritária e estratégica, denunciando a falta de investimento em Educação e na Ciência”, ressalta Emanuel. A orientação do sindicato é que, no dia 18, os profes-

res que dariam aulas online convoquem os alunos para o ato, possibilitando a participação mais ampla possível.

A manifestação é endossada pela Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes), à qual a APUB é associada. Nilton Brandão, presidente da entidade, acredita que o que está em andamento no Brasil é uma remodelação da Constituição de 1988, que está sendo desconstruída em relação aos direitos, que estão sendo paulatinamente sendo destruídos por uma visão neoliberal que age a favor das elites”, defende. “Um ato dessa natureza ganha importância porque a Educação tem uma permeabilidade muito importante na sociedade brasileira, já que atinge todas as classes sociais, inclusive a classe média, que é quem vem dando respaldo a esse tipo de política, sem perceber que a retirada de direitos vai atingi-la fortemente”, acredita.

Para Brandão, todos aqueles que não estão comprometidos com o governo Bolsonaro estarão no dia 18 transmitindo uma mensagem para a sociedade brasileira. “O envolvimento de artistas como Gilberto Gil me faz pensar que vale a pena a luta. Será um dia de glória para a Educação e para que a sociedade seja confrontada por esse processo de privatização do Serviço Público”, diz.

Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão também acredita na força do ato. “Artistas, intelectuais, cientistas, pessoas públicas renomadas. É um fato político importante porque reúne uma diversidade de entidades e personalidades em torno de uma causa, uma notícia que dá impacto para as pessoas se mobilizarem por uma pauta, que é a defesa da universidade e da Educação”, afirma. O estudante também constrói o ato desde o seu princípio, em fevereiro, e a UNE, por meio das redes sociais, mobilizará suas bases no movimento estudantil nacional para unir-se à causa.

A presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, acredita que a resposta institucional da UFBA foi muito importante como grito de alerta. “Um evento marcado com muita antecedência e que vem crescendo a cada dia com adesão dos professores e funcionários”, acredita. Para Eleonora, a novidade do contexto atual é que as universidades estão sendo atacadas, transformadas em adversárias do governo. “Isso nos coloca em posi-



EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE
TODOS EM DEFESA DA CIÊNCIA E DA VIDA
CONTRA O DESMORTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
APOIO: APUB - ASSUFBA - DCE



EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE
TODOS EM DEFESA DA CIÊNCIA E DA VIDA
CONTRA O DESMORTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
APOIO: APUB - ASSUFBA - DCE



EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE
TODOS EM DEFESA DA CIÊNCIA E DA VIDA
CONTRA O DESMORTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ção inêdita. Em 100 anos de história da universidade, ela nunca foi tão atacada como instituição, por discursos que desqualificam o professor e os estudantes. Uma novidade macabra para nossa luta”, diz. A presidente vê no ato um caráter histórico, por conta do alcance e da pluralidade que está tomando. “Ele expressa a necessidade de resposta que a sociedade está construindo, e é preciso um conjunto forte para enfrentar ataques desse tipo”, explica. “Como presidente da AdUFRJ, sinto felicidade em poder participar e ajudar a fortalecer e ampliar esse ato. É uma responsabilidade de todos nós nesse momento”, conclui.

A FAVELA SANGRA, MAS RESISTE

> Uma semana após a operação mais letal do Rio de Janeiro, o Jornal da AdUFRJ ouviu moradores do Jacarezinho e pesquisadores em segurança pública e direitos humanos para analisar os efeitos da barbárie

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Os dias passaram. O sangue nas casas, ruas e vielas foi lavado, mas as cenas do terror dificilmente serão apagadas da memória dos moradores do Jacarezinho. A chacina que matou 28 pessoas não deixou marcas só nas paredes. “Foi muito, muito tiro. Eles [os policiais] já vieram para isso mesmo. Primeiro, teve o confronto. Depois, veio a matança”, revela uma moradora que não quis se identificar. O medo é uma constante na vida de quem vive na favela. Os moradores só aceitaram falar com a reportagem com a condição de não terem seus nomes, profissões ou rostos revelados. “A gente sempre foi refém. Ou do tráfico, ou da polícia. Nunca tivemos a quem recorrer”, justifica a mulher que vive no Jacarezinho desde que nasceu, há 42 anos.

Seu vizinho concorda. “Não tem como dar o nome não, moça, porque pode sobrar alguma coisa para o nosso lado. Todo mundo que viveu o pesadelo de quinta-feira aqui, tem medo. Ninguém está seguro”, atesta o morador de 49 anos que vive há quase quatro décadas no Jacarezinho. “Praticamente a gente pode afirmar que o único que morreu em confronto foi o policial. E aí eles entraram para se vingar. Deixou de ser operação naquela hora”, avalia.

As análises dos dois moradores são compartilhadas por um dos maiores pesquisadores em segurança pública do Brasil. O professor Michel Misse é coordenador do Núcleo de Estudos em Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ e acredita que o resultado da operação tenha sido gerado por uma combinação de fatores. “Pode ser que haja as duas dimensões: que a polícia tenha se preparado para barbarizar, dada a quantidade de homens (270) e força envolvidos, e que, como a primeira morte que ocorreu foi a do policial, o que se sucedeu foi vingança”, acredita.

O encontro, na véspera da operação, com o presidente Jair Bolsonaro e o governador do Rio, Cláudio Castro, levanta suspeita em relação à chacina mais sangrenta do Rio de Janeiro. “A ação acontece um dia depois e é realizada pela Polícia Civil, que nunca tinha feito algo desse nível”, destaca Misse. “De



SE EM 2020 A PANDEMIA IMPEDIU MANIFESTAÇÕES PRESENCIAIS em 13 de maio, este ano, elas foram insufladas pela chacina do Jacarezinho, que matou 28 pessoas. O Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo teve atos em 28 cidades brasileiras, na Inglaterra e nos Estados Unidos. A data remonta à assinatura da Lei Áurea e busca, todos os anos, exigir justiça para a população negra do país. “Não vamos ficar calados. Sou a voz do meu filho morto pela polícia”, desabafou Mônica Cunha, fundadora do Movimento Moleque. “Somos as vozes dos nossos filhos assassinados. Nós não parimos bandidos, nosso útero não é fábrica de bandidos”, disse. Ela é mãe de Rafael Cunha, assassinado pelo Estado em 2006 e faz parte da Coalizão Negra por Direitos, organizadora dos protestos no país. O ato, no Rio de Janeiro, aconteceu no Centro da Cidade e foi encerrado nas escadarias da Câmara dos Vereadores. Mais cedo, outro ato marcou o sétimo dia do massacre no Jacarezinho. Rosas brancas, símbolo da paz, foram entregues a quem chegava à favela. Houve também a distribuição de cestas básicas às famílias mais vulneráveis da comunidade.

toda maneira, nenhuma dessas hipóteses se confirma agora, depende de dados, de investigação isenta. No momento, ainda estamos verificando a extensão do massacre”, analisa.

Mas todo esse esforço de investigação pode ser prejudicado por uma série de “erros”. “Chamo de erros, mas a gente sabe que nada é por acaso. Além da chacina, as cenas dos crimes foram desfeitas, há fraude processual, apenas uma pequena parte dos mais de 200 policiais entregou as armas”, elenca. “Ora, todos os policiais, atirando ou não, deveriam entregar suas armas, que precisariam estar identificadas. O fato de só um grupo de policiais entregar as armas não garante que sejam as utilizadas”, aponta.

FALÁCIA

Nos dias 16 e 19 de abril, o professor Michel Misse participou de audiência pública do Supremo Tribunal Federal para discutir a letalidade policial. O debate foi motivado pela Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, movida pelo PSB para frear a realização de operações nas favelas do estado, durante a pan-

demia, e julgada no ano passado pelo STF. “A decisão liminar do (ministro Edson) Fachin, confirmada no plenário, abria a possibilidade de operação em caráter excepcional. A discussão que se deu, então, foi sobre quais critérios seriam usados para definir essa excepcionalidade”, explica o especialista. “Havia considerações, mas a polícia se antecipou, chamou a operação de exceções – uma clara afronta à excepcionalidade e ao próprio Supremo – e alegou alijamento de menores pelo tráfico”, lembra Misse. “Ora, isso ocorre há 40 anos. Além disso, no relatório em que a polícia relaciona os 27 mortos não é citada essa justificativa, o que demonstra a falácia do argumento utilizado”.

Para o professor, ações em



que o próprio Estado viola direitos sempre tiveram apoio de uma parcela da população. “O bolsonarismo é um fenômeno político recente, mas a sua base, antes de Bolsonaro, já defendia e demandava soluções de força. A gente faz pesquisa no Rio de Janeiro desde a década de 90 e pelo menos 25% da população sempre foi favorável à tortura. Então, Bolsonaro se alimenta dessa mentalidade, que sustentou também a ditadura militar”.

MASSACRE

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva, professor do NEPP-DH e coordenador do Laboratório de Direito Humano à Cidade e Território, é categórico. “O que aconteceu no Jacarezinho foi um massacre. É mais que chacina, em que há a ideia da carne eliminada. É diferente de genocídio, em que há o extermínio de um povo, um grupo. O massacre é quando a ação vai ficar no registro coletivo, deixa uma marca, é emblemática”, argumenta. “É uma ação que não tem relação com a legalidade. Vigário Geral (1993) foi desse tipo. O Carandiru (1992) foi desse tipo”, destaca.

O professor observa que a so-

cidade contemporânea tem se tornado mais tolerante à barbárie. “Há um aumento do limiar da violência. O excesso é muito visível e tem um nome: crueldade”, afirma o pesquisador. “A minha tese é que a gente passou da banalização do mal, para a banalização da crueldade. Não é só a quantidade, mas a qualidade do ato. É o assassinato acompanhado de vídeos dos mortos em posições vexatórias”, exemplifica. “Há um desvio ético, um prazer em ver essas cenas”.

RESISTÊNCIA

O momento é delicado para o governo federal, com acentuação da crise sanitária, financeira, ambiental e a realização da CPI da pandemia. “Há um desgaste e quanto mais acudado, mais o governo mostra os dentes. Mas há resistência”, afirma o professor. “Marielle morreu, mas muitas mulheres negras foram eleitas com grande expressão política. Na universidade, a gente tem a presença preta, favelada. No caso do Jacarezinho, os modos de resistência vão acontecer. As forças da favela estão se movendo. É preciso que todos se unam. O cenário é muito adverso”.

TATIANE MENDES



SOMOS LOCOS POR TI, COLÔMBIA

Professor colombiano do Instituto de Matemática da UFRJ e pesquisador da História da América Latina analisam os recentes conflitos na Colômbia, denunciam a violação aos direitos humanos e mostram que a força dos protestos pode derrubar o governo



LUCAS ABREU
lucas@adufjr.org.br

Desde o final de abril, a Colômbia vive um cenário de terror, com fortes cenas de repressão contra manifestantes nas ruas de Cali e de outras cidades colombianas. Os confrontos começaram no dia 28, quando milhares de pessoas protestaram contra um projeto

de reforma tributária do governo que propunha aumentar o imposto sobre o valor agregado, o que geraria uma pressão inflacionária e afetaria os mais pobres. A resposta do governo do presidente Iván Duque foi o ataque violento aos protestos. Segundo um levantamento da organização não-governamental Temblores, até o dia 11 de maio foram registrados 40 assassinatos cometidos por agentes de segurança, 313 casos de agressão e 1.003 detenções arbitrárias.

São retratos de um momento tenso num país profundamente militarizado. A Colômbia dedica entre 3 e 4% do PIB a gastos militares, maior percentual da América do Sul e equivalente ao de países como EUA e Rússia. Enfrentar um aparato tão militarizado não é trivial para os manifestantes, que resumem a conjuntura numa frase repetida em faixas e cartazes. “Uma população que sai para protestar em meio a uma pandemia tem mais medo do governo do

que do vírus”.

Para entender a conjuntura política do país vizinho, o **Jornal da AdUFRJ** conversou com Rafael Araújo, professor de História da América na Uerj, mestre e doutor em História Comparada pela UFRJ, e com o professor colombiano Sergio Romaña Ibarra, do Instituto de Matemática da UFRJ. Ele mora no Brasil há 14 anos, e tem acompanhado os confrontos com preocupação e saudade de seus familiares e amigos.



RAFAEL ARAÚJO, PROFESSOR DE HISTÓRIA DA AMÉRICA NA UERJ

● **JORNAL DA ADUFRJ: Os protestos foram contra a proposta de reforma tributária, ou o projeto do governo foi o estopim de um movimento que estava por ebulir?**

■ **Rafael Araújo:** É importante pensar sobre os efeitos da pandemia nos países latino-americanos. A pandemia intensificou as contradições sociais que a América Latina carrega ao longo da sua história. Entidades como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) diagnosticaram que a região foi a mais afetada do mundo pela pandemia. Não só em termos econômicos, mas em números proporcionais de infecções e mortes.

A Colômbia enfrenta, nos últimos dois anos, um quadro de instabilidade. O país vem vivenciando uma luta social. Ano passado, por causa da pandemia, os índices de pobreza e extrema pobreza aumentaram, respectivamente, 5% e 4%. Nesse cenário de múltiplos fatores, houve a proposta de reforma tributária, que afetava as classes médias e mais pobres, os mais afetados pela pandemia, por parte do governo Iván Duque. Também já circulava no Congresso uma reforma do sistema de saúde com uma lógica privatista.

● **E quais são as causas e os efeitos da violenta repressão aos protestos?**

■ No caso da Colômbia, se potencializou por conta da violência policial. A repressão foi muito forte e inflamou o movimento. A violência policial é mais uma das marcas da América Latina, e a Colômbia tem um histórico de militarização por causa do combate à guerrilha e ao narcotráfico. Isso faz com que o caráter repressivo da força policial seja muito forte.

● **Em 2016, o então presidente Juan Ma-**

nuel Santos assinou um acordo de paz histórico com as Farc. Esse acordo não deveria ter diminuído a militarização na Colômbia?

■ O Juan Manuel Santos, apesar de ser ligado à direita e ao ex-presidente Álvaro Uribe, fez o acordo. O Iván Duque é uma expressão mais vinculada ao uribismo e à onda de direita que atingiu América Latina nos últimos anos. Ele expressa uma direita mais radicalizada, mais refratária ao apaziguamento com as Farc. Até setembro do ano passado, quatro anos depois da assinatura do acordo de paz, cerca de mil ativistas haviam sido mortos desde o acordo, e boa parte deles no governo do Duque.

● **É plausível imaginar que movimentos como esse aconteçam em outros países da América Latina?**

■ O que vimos no Equador em 2019, no Chile no ano passado, no Paraguai há dois meses e agora na Colômbia é uma luta social em razão do quadro de estagnação econômica e piora dos indicadores sociais em toda a região. Esse quadro de estagnação econômica começa em 2014, quando o ciclo das commodities se exauriu. A América Latina cresceu 0,1% entre 2014 e 2019, e a pandemia agravou o quadro. No ano passado, a região teve uma retração de 8% do PIB, e o desemprego atingiu 11%. A pobreza aumentou 7,1% e a extrema pobreza, 4,5%. Segundo dados da Cepal, 231 milhões de pessoas, ou seja, um terço da população local, estão na condição de pobreza ou extrema pobreza. E esses são os efeitos econômicos da pandemia. A América Latina tem 8% da população mundial, e em 2020 a região registrou 20% dos casos e 30% das mortes por covid-19 de todo o mundo. Não será uma surpresa se este ano assistirmos em outros lugares o que estamos vendo na Colômbia.



SERGIO ROMAÑA IBARRA, PROFESSOR DE MATEMÁTICA DA UFRJ

● **JORNAL DA ADUFRJ: Como o senhor tem acompanhado as notícias sobre as manifestações na Colômbia?**

■ **Sergio Romaña Ibarra:** Eu fico triste com o que está acontecendo na Colômbia. Estamos vendo o Estado usando toda a sua força para reprimir cidadãos que, na verdade, estão lutando contra a reforma tributária. Fico muito preocupado porque estou longe do país. É meu país, eu gosto muito dele. Ver as pessoas passarem por isso é algo muito triste, e aqui me sinto com as mãos atadas. Quando eu era estudante na Colômbia, eu ia a manifestações. Já vi repressões a manifestações, mas nunca com toda essa violência, como agora. Eu nunca tinha visto um confronto desse nível. Fico bastante apreensivo. Também fiquei triste porque as autoridades mundiais demoraram muito para se posicionar, e isso deixou a população ainda mais vulnerável.

● **E quais são os relatos dos seus familiares e amigos sobre a maneira como o governo colombiano está lidando com a pandemia?**

■ As pessoas na Colômbia se sentem abandonadas. No Brasil, ainda há laboratórios públicos que produzem vacinas. Na Colômbia não há, lá não produzem vacinas. E mesmo assim o governo não se esforçou minimamente para comprar imunizantes. Minha mãe tem 64 anos e não tomou nem a primeira dose, e a chance de ela tomar a primeira este ano é cada vez menor, porque o Estado não está interessado em fornecer vacina para a população.

● **O que explica a intensidade da violência das repressões às manifes-**

tações?

■ A polícia parece realmente estar com o intuito de deixar a população com medo. A ordem foi “atirem na população para ela voltar para casa”. Quando esses governantes caírem, não voltam mais.

● **E essa estratégia de incutir medo é utilizada com frequência pelo governo?**

■ Sim. O governo da Colômbia, desde a época do presidente Álvaro Uribe, sempre colocou medo na sociedade dizendo que o país vai virar uma Venezuela. O governo comete crimes para passar essa ideia de que estão fazendo a coisa certa. Agentes policiais se infiltram em manifestações para quebrar coisas e agredir outros policiais, para aumentar esse medo. Tudo para vender a ideia de que é um protesto de vândalos, que não serve para nada e que torna o país mais inseguro.

● **E como as pessoas avaliam a posição do presidente Iván Duque sobre o acordo de paz feito com as Farc?**

■ O [Juan Manuel] Santos foi eleito com o apoio do Uribe, mas em um momento ele se afastou do ex-presidente e percebeu que era melhor fazer um acordo de paz com as Farc do que ficar brigando. Foi uma coisa boa, ele ganhou o Nobel da Paz por isso. Mas o Uribe não concordou. O Duque também foi eleito com o apoio do Uribe, e a primeira coisa que ele fez foi sair do acordo, alegando que o governo não devia pagar para terroristas. Mas ele não viu o outro ponto de vista, que desarmar as Farc é positivo para o país. Além disso, Colômbia não precisaria gastar dinheiro comprando armas se não há uma guerra. Mas a missão de Uribe é deixar o país sempre com medo da guerrilha para se perpetuar no poder. Eles alimentam esse conflito contra a guerrilha, e os cidadãos já se cansaram dessa situação.